

Diário Oficial Eletrônico

Município de São José do Ouro/RS

Criado pela Lei Municipal nº 2456/2019 de 15.07.2019



"O ouro desta terra está no coração de sua gente"

Endereço: Avenida Laurindo Centenaro, 481 - CEP 99870-000



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

DECRETO N.º 042/2025
DE 05 DE JUNHO DE 2025

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO
MUNICIPAL DE ÉTICA PÚBLICA.

VILMAR DE BIASI – Prefeito do Município de São José do Ouro,
Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e disposições da Lei nº 2.643/2022, de 24/11/2022, que Instituiu o Código de Ética dos Servidores Municipais de São José do Ouro,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o REGIMENTO INTERNO da COMISSÃO MUNICIPAL DE ÉTICA PÚBLICA, nos termos do Anexo Único, inserido a este Decreto.

Parágrafo único. A homologação de que trata o *caput* efetua-se mediante a aprovação pela Comissão Municipal de Ética Pública do Regimento Interno, conforme a Ata nº 002/2025, de 02/03/2025.

Art. 2º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO OURO, RS, 05 DE JUNHO DE 2025

VILMAR DE BIASI
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º Este Regimento Interno estabelece as normas de organização e funcionamento da Comissão Municipal de Ética Pública do Município de São José do Ouro, em consonância com a Lei Municipal nº 2.643/2022.

Art. 2º A Comissão de Ética é órgão consultivo e de assessoramento no âmbito da Administração Pública Municipal, com a finalidade de zelar pela observância dos princípios éticos na atividade pública.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º A Comissão de Ética será composta por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, servidores efetivos com mais de 5 (cinco) anos de exercício e reputação ilibada, nos termos da Lei Municipal nº 2.643/2022.

Art. 4º O mandato dos membros será de 3 (três) anos, permitida uma única recondução. Os mandatos serão não coincidentes, sempre que possível.

Art. 5º O Presidente será eleito entre os membros titulares na primeira reunião da Comissão.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º Compete à Comissão de Ética Pública:

I – Articular ações com vistas a estabelecer e efetivar procedimentos de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da Ética;

II – Receber denúncias relativas a atos praticados por integrantes da Administração Pública Municipal que importem infração às normas do Código de Ética e apurar os fatos em diligências e oitivas, se necessárias;

III – Elaborar normas, quando necessário, visando à fiel aplicação dos preceitos do Código de Ética;

IV – Receber sugestões de aprimoramento do Código de Ética, sendo facultado o seu acolhimento pela Comissão;

V – Responder consultas de autoridades e demais servidores públicos municipais relativos à matéria regulada pelo Código de Ética, inclusive sobre verificação de conflito de interesses, deliberando sobre os casos omissos;

VI – Dar ampla divulgação ao Código;

VII – Elaborar o seu regimento interno e submeter à apreciação do colegiado;

VIII – Manter banco de dados das atividades desenvolvidas e sanções aplicadas.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 7º Compete ao Presidente na qualidade de autoridade administrativa superior da Comissão de Ética:

- I – Presidir as sessões e os trabalhos da Comissão de Ética;
- II – Convocar reuniões extraordinárias, quando necessárias;
- III – Fixar pauta para as reuniões e aprovar a ordem de cada sessão;
- IV – Participar, quando julgar necessário, dos trabalhos, projetos e ações da Administração Pública Municipal pertinente à matéria desse Código de Ética;
- V – Formular consultas ou promover conferências, por iniciativa própria ou dos membros, sobre matéria de interesse da Comissão de Ética;
- VI – Representar a Comissão de Ética ou delegar a representação;
- VII – Mobilizar os meios e os recursos indispensáveis ao pleno e eficaz funcionamento da Comissão de Ética.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º A Comissão reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente ou por dois de seus membros.

Art. 9º A reunião será dirigida pelo seu Presidente e, para sua abertura e deliberação, é necessária à presença de todos os seus representantes titulares ou suplentes em substituição.

Art. 10 A pauta será organizada pelo Presidente, que também presidirá os trabalhos da Comissão.

Art. 11. As atas e pareceres serão registrados em banco de dados próprio mantido no âmbito do Gabinete do Prefeito.

CAPÍTULO V DOS PROCESSOS ÉTICOS

Art. 12. Os processos éticos observarão os princípios do contraditório, ampla defesa, motivação, razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 13. A Comissão terá 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para emissão de parecer conclusivo, assegurado ao denunciado o direito de manifestação escrita.

Art. 14. O servidor deverá colaborar com a apuração, sendo vedada a recusa injustificada de prestar informações, sob pena de comunicação à autoridade competente.

Art. 15. O procedimento ético será instaurado mediante deliberação da Comissão de Ética, com base em denúncia formal ou de ofício, devendo ser expedida portaria de instauração, na forma de extrato.

Art. 16. O denunciado será intimado pessoalmente, por e-mail funcional ou por via postal com aviso de recebimento, com ciência inequívoca, para:

- I – Tomar ciência dos fatos imputados;
- II – Apresentar defesa escrita no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério da Comissão.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

Art. 17. A Comissão poderá, de ofício ou a requerimento da parte, determinar a realização de diligências, oitivas, juntada de documentos e produção de provas, respeitado o contraditório.

Art. 18. A ausência injustificada do servidor regularmente intimado poderá ensejar a colheita de prova independentemente de sua presença, assegurado o direito à manifestação posterior.

Art. 19. Finalizada a instrução, o relator designado apresentará parecer conclusivo fundamentado, com proposta de arquivamento ou aplicação da penalidade cabível, conforme o Código de Ética.

Art. 20. A deliberação final será tomada pela maioria dos membros da Comissão e lavrada em ata.

Art. 21. A decisão será comunicada ao servidor denunciado por escrito e publicada em forma de extrato, com o registro na sua ficha funcional, nos termos do art. 33 da Lei Municipal nº 2.643/2022.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS

Art. 22. Constatada infração ética, poderão ser aplicadas advertência verbal ou escrita, conforme art. 31 da Lei Municipal nº 2.643/2022.

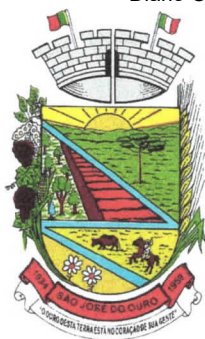
Art. 23. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da Lei Municipal, sendo a decisão definitiva proferida pela autoridade superior ao servidor denunciado.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Os membros da Comissão não receberão qualquer remuneração adicional, sendo o exercício de suas funções considerado serviço público relevante.

Art. 25. O presente Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo colegiado e publicação em órgão oficial.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

RESOLUÇÃO CMS n.º 03/2025

O Conselho Municipal de Saúde de São José do Ouro, RS, no uso de suas atribuições conferidas, considerando a discussão e deliberação em Reunião Ordinária no dia 29 de Maio de 2025, conforme Ata nº 05/2025,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Municipal de Saúde (RGMS) do 1º Quadrimestre de 2025, meses de Janeiro a Abril de 2025, com a Execução da Receita e Despesas, referente ao repasse de Recursos Municipais, Estaduais e Federais, conforme Planilha entregue aos Conselheiros.

Art. 2º - Esta Resolução entra em Vigor a partir desta Data

São José do Ouro, 29 de Maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br JESSICA LISBOA
Data: 05/06/2025 11:57:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jéssica Lisboa
Presidente do CMS

Documento assinado digitalmente
gov.br FABIANA FRANCO LARA
Data: 05/06/2025 11:22:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

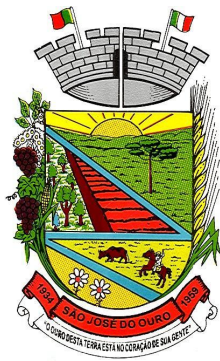
Fabiana Franco Lara
Secretária Municipal de Saúde

O Prefeito Municipal no uso de suas Atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica, **HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO**, dando-lhe publicidade através da publicação no Diário Oficial do Município de São José do Ouro.

VILMAR DE
BIASI:47134690091

Vilmar De Biasi
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por
VILMAR DE BIASI:47134690091
Dados: 2025.06.05 13:43:32 -03'00'



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO OURO

Estado do Rio Grande do Sul

O Prefeito do Município de São José do Ouro - RS, no uso das suas atribuições legais,
TORNA PÚBLICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025: Dia 25 de junho de 2025, às 9:00h, acontecerá o Pregão Eletrônico no site <https://bllcompras.com/>, visando o registro de preço para futura e eventual aquisição, com fornecimento parcelado de materiais de uso odontológico, para tratamento dos munícipes atendidos nas unidades de saúde do Município de São José do Ouro, durante o prazo de validade da ata, conforme especificações e condições constantes no edital e anexos.

Edital no site: <http://www.saojosedoouro.rs.gov.br/editais>

Informações: (54) 3352-4516. Em 05 de junho de 2025.

Vilmar de Biasi - Prefeito Municipal